

PORTARIA N.º 3.899/2019-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 2537/2009-MP/PJG, de 30/6/2009, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 31462, de 16/7/2009, que instituiu, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, Comissão com a responsabilidade de implementar as ações de melhoria do desempenho ambiental da Instituição;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 088/2019-MPPA/CAOMA, datado de 3/6/2019, protocolizado sob o n.º 26184/2019, em 3/6/2019,

R E S O L V E:

DESIGNAR os integrantes abaixo relacionados para comporem a Comissão com a responsabilidade de implementar as ações de melhoria do desempenho ambiental do Ministério Público do Estado do Pará:

UNIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Comissão de Controle Interno	Rosiane Noronha Pereira	Isabella Ferreira Gonzalez

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 2 de julho de 2019.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 452255

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO N.º 004/2019-MPE/8.ºPJJ.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do Promotor de Justiça da 8ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital, Dr. Antônio Lopes, torna pública a Recomendação n.º 004/2019-MPE/8.ºPJJ, expedida nos autos do Procedimento Administrativo n.º 000455-117/2019, que se encontra à disposição na Promotoria, localizada no edifício anexo do Ministério Público do Estado do Pará, sito na Rua Ângelo Custódio n.º 85, bairro Cidade Velha, Belém/PA. Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará que efetue, no prazo de 90 (noventa dias), a elaboração de projeto de lei, a ser encaminhado ao Poder Legislativo Estadual, dispondo sobre a recriação normativa da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, adequando-a aos termos da Lei n.º 12.594/2012 – SINASE, incluindo alteração/atualização da sua estrutura organizacional básica e do seu quadro de cargos de provimento de acordo com os eixos socioeducativos constantes na norma de referência, o que se sugere seja também concretizado por meio de elaboração de organograma que reflita a devida gestão participativa.

Protocolo: 452396

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO 03/2019-MP/PJG

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPÁ, através do Promotor de Justiça Bruno Alves Câmara, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as conferidas pelo art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, pelo art. 6.º, XX, da Lei Complementar Federal n.º 75/93, torna pública a Recomendação de n.º 03/2019-MP/PJG que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Gurupá, situada na Av. São Benedito s/n, centro, CEP: 68300-000 – Gurupá – Pará – Fone: (91) 3692-1515. Recomendação n.º 03/2019-MP/PJG

Assunto: Regularização de estabelecimentos comerciais – Cumprimento de Normas Sanitárias – Drogarias.

Bruno Alves Câmara – Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Gurupá.

Protocolo: 452220

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO 01/2019-MP/PJG

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPÁ, através do Promotor de Justiça Bruno Alves Câmara, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, em especial as conferidas pelo art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, pelo art. 6.º, XX, da Lei Complementar Federal n.º 75/93, torna pública a Recomendação de n.º 01/2019-MP/PJG que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Gurupá, situada na Av. São Benedito s/n, centro, CEP: 68300-000 – Gurupá – Pará – Fone: (91) 3692-1515. Recomendação n.º 01/2019-MP/PJG

Assunto: Regularização de estabelecimentos comerciais – Cumprimento de Normas Sanitárias – Açougues.

Bruno Alves Câmara – Promotor de Justiça Titular da Promotoria de Justiça de Gurupá.

Protocolo: 452228

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração do Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Inquérito Civil n.º 000120-440/2018

Instauração: 18/06/2019

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor e Fundações de Ananindeua; Origem: o contido no Procedimento Preparatório n.º 000120-440/2018, conforme reclamação a relatar que o nacional José de Sousa Coelho e

seus respectivos empregados estariam praticando ilícito ambiental na Estrada Santana do Aurá, SN, Bairro Aurá, neste Município, que está situada em APA (Área de Proteção Ambiental);

Objeto: Apurar fato que enseja a tutela de direitos individuais indisponíveis com a adoção de medidas pertinentes para o controle do prazo do procedimento em epígrafe.

Ananindeua-PA, 18 de junho de 2019

MARLENE RAMOS PAMPOLHA

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor e Fundações de Ananindeua

Protocolo: 452428

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA N.º 001/2019

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da atuação conjunta da Promotora de Justiça Patrícia Carvalho Medrado Assmann (Promotora de Justiça titular de São Sebastião da Boa Vista em cumulação com o 3º Cargo da PJ de Breves), do Promotor de Justiça João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Junior (Promotor de Justiça titular do 2º cargo da PJ de Breves) e da Promotora de Justiça Vanessa Galvão Herculano (Promotora de Justiça titular do 1º Cargo da PJ de Breves), no uso de suas atribuições constitucionais e legais com fulcro no art. 129, II e III, da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea “a”, e art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93, COMUNICA ao público em geral, bem como às entidades representativas da sociedade civil, instituições públicas e privadas, igrejas e demais pessoas interessadas, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre exploração e abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes, no dia 20 de agosto de 2019, com início às 11h00min, na Comunidade Lawtom, localizada no Rio Jaburuzinho, Breves/PA.

A Audiência Pública tem por objetivos: conscientizar e fomentar o debate entre a sociedade e os órgãos públicos, com vistas a criar estratégias para o combate à exploração e abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes no município de Breves; Conscientizar a população local sobre a importância da erradicação à prostituição infantil, criar ações multisetoriais de fortalecimento das políticas públicas para proteção à infância e juventude, incentivar a fiscalização dos serviços de atenção e promoção aos direitos fundamentais e ao bem estar de crianças e adolescentes; Estimular as denúncias formais, para que o Ministério Público, Defensoria Pública, o Poder Judiciário e os demais atores da rede de atendimento à criança e ao adolescente possam adotar as medidas pertinentes; Conhecer, através dos representantes de órgãos públicos locais, quais as políticas públicas que estão sendo utilizadas no município de Breves a fim de atender a demanda da comunidade Lawtom.

A referida audiência pública será aberta a toda sociedade, os participantes terão o direito de manifestação de viva voz, apresentando suas contribuições e sugestões a respeito da matéria em pauta, e a participação como ouvinte não dependerá de prévia inscrição. Os trabalhos da Audiência Pública serão coordenados pelos Promotores de Justiça: Patrícia Medrado Assmann, João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Junior e Vanessa Galvão Herculano, que determinarão o tempo para as intervenções, as quais deverão referir-se ao tema, com a devida anotação na Ata de Registro da Audiência Pública. As sugestões e contribuições recebidas no processo, bem como Ata da Audiência Pública, serão disponibilizadas aos interessados, na sede da PJ de Breves/PA.

O Edital da Audiência Pública será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado na sede da Promotoria de Justiça de Breves/PA.

Breves/PA, 08 de julho de 2019.

PATRICIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN

Promotora de Justiça Titular de São Sebastião da Boa Vista respondendo pelo 3º Cargo da Promotoria de Justiça de Breves/PA

JOÃO BATISTA DE ARAÚJO CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR

Promotor de Justiça titular do 2º cargo da PJ de Breves/PA

VANESSA GALVÃO HERCULANO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BREVES – 1º CARGO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BREVES – 2º CARGO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BREVES – 3º CARGO

Promotora de Justiça titular do 1º Cargo da PJ de Breves/PA

Protocolo: 452464

EXTRATO DA PORTARIA CONJUNTA

N.º 022/2019-MP/9.ºPJ/STM

O Promotor de Justiça Titular da 9ª Promotoria de Justiça de Santarém de Direitos Constitucionais e Proibição Administrativa, Dr. Bruno Fernandes Silva Freitas, em atuação conjunta através da Portaria n.º 8829/2018 – MP/PJG, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar n.º 057/2006 e no Art. 4º, VI da Resolução n.º 23/2007 – CNMP, torna pública a instauração do Inquérito Civil SIMP n.º 008373-031/2019, que se encontra à disposição na 9ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, 3991 – Liberdade CEP: 68.040-050, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

Portaria Conjunta n.º 022/2019-MP/9.ºPJ/STM

Reclamado: PEDRO ERNESTO PARANATINGA LAVOR

Assunto: Improbidade Administrativa

A BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS, Promotor de Justiça.

Protocolo: 452209